

“Deu a louca no João”: breve passagem da família Reitz na Colônia Santa Isabel

Eduardo Reitz¹

Introdução

O objeto do presente estudo refere-se a um tema que, embora já com vastas abordagens nos textos deste projeto “Páginas da Colonização”, se mostra de relevância para uma abordagem mais completa da crônica da Colônia Santa Isabel. A história de uma família pioneira na povoação da Colônia – em específico, da família Reitz.

Originária da região do Hunsrück (ou Hunsrique), no sudoeste alemão, como muitas outras famílias que se destinaram à Santa Catarina no século XIX, os Reitz encontravam-se entre as primeiras famílias que viriam a povoar a Colônia – muito embora, devemos admitir, lá tenham permanecido pouquíssimo tempo em comparação aos seus anos de existência.

Sendo certo que grande parte da história dos Reitz já tinha sido tratada pelo Padre Raulino Reitz ao longo do século XX, assumimos a complicada missão de complementar em parte a sua obra. No início, não esperávamos trazer muitas novidades às suas pesquisas. Como resultado, tivemos mais do que o esperado. Não que tenhamos encontrado documentos que inovem de forma inédita o que sabíamos, mas conseguimos atar algumas pontas soltas dessa história – e desatar tantas outras. Se assim não tivesse sido, acharíamos da mesma forma necessário tentar recontar esta história com cores novas e complementada pelos estudos que vieram após os trabalhos do padre dos Gravatás.

¹ Nascido em Florianópolis/SC em 2001, é estudante de Direito na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, em Portugal. Pesquisa sobre a imigração luxemburguesa e alemã em Santa Catarina. Em específico, dedica-se também à história da família Reitz, tendo já empreendido uma viagem à vila de origem dos seus antepassados, no Hunsrück. Reside em Coimbra/PT. Contato: edureitz@gmail.com.

Fazemos isto por duas razões: em particular, por até ao momento não ter sido tratado o tema em específico neste projeto – o que se revela uma lacuna que se precisava colmatar; e em geral da necessidade de, como uma missão dos que se interessam pelo estudo da história, ter de lembrar o passado para que ele não seja esquecido. Afinal, na senda de Manuel Bandeira, só se morre realmente, desaparece-se da história, quando não se deixa para trás sequer um nome escrito².

De fato, buscando recapitular a história da família, dando ênfase à sua (breve) relação com a Colônia, não deixamos de trilhar outros caminhos, trazendo pontos históricos e atuais que achamos relevantes para a completude do texto.

Utilizamos uma bibliografia que, embora não muito diversa, afigura-se como incontornável para lembrar os episódios que circundam a criação da Colônia.

Em suma, seguindo a trilha dos antepassados, que nos deixaram os seus feitos e registros, cabe-nos o compromisso de manter vivo este nome, que embora se possa apagar dos documentos e do cotidiano, mantém-se eternamente inscrito nas páginas do tempo – conquanto não nos esqueçamos.

Eis o nosso desejo com este pequeno subsídio: não deixar este nome morrer.

Às vésperas da emigração

Não há história sem tempo e lugar. Para compreender a razão de centenas de famílias emigrarem ao meio do século XIX, é indispensável entender as causas do fenômeno.

Conforme diz o lugar-comum, a Alemanha aos fins do setecentos e início do oitocentos era uma colcha de retalhos, formada por diversos principados, ducados, reinos, entre outras entidades soberanas. Não havia uma unidade jurídica³, uma moeda comum, uma única língua escrita e falada (não com a abrangência atual, ao menos), nem uma concentração de poderes nos modelos do Estado moderno – eram os tempos do Sacro Império Romano-Germânico⁴.

A faísca que iria incendiar o processo de desagregação daquela região culturalmente plúrima viria a ser incendiada com a Revolução Francesa, em 1789. Foi na esteira deste evento que surgiram as guerras lideradas pela meteórica figura do general Napoleão. Como consequência das guerras napoleônicas, o Império seria desmantelado, as

² Conforme as duas últimas estrofes do poema “A morte absoluta”, do citado autor: “Morrer tão completamente/Que um dia ao lerem o teu nome num papel/perguntem: “Quem foi?...”/Morrer mais completamente ainda,/– sem deixar sequer esse nome”.

³ Havia nessa época, ao lado do *ius commune* ensinado nas universidades e de matriz romana, os *iura propria*: os direitos locais, de matriz majoritariamente consuetudinária, que conformava as relações jurídicas entre os habitantes de uma determinada comunidade.

⁴ É de se notar que uma unidade administrativo-política viria ser só alcançada com a fundação do Segundo Reich, em 1871, pela mão de Bismarck. A unidade jurídica (no sentido de uniformidade) no direito privado, não obstante a regra da então Constituição de hierarquia de tipo federal (*Reiches Recht bricht Landes Recht*), só viria a ser alcançada no ano de 1900, com a publicação do *Bürgerliches Gesetzbuch* (BGB), o Código Civil alemão.

fronteiras do centro da Europa redesenhadas na Convenção de Viena, de 1815,⁵ e as bases políticas do continente modificadas. Para a história da emigração às Américas, estes mesmos eventos também seriam fundamentais, como veremos adiante.

A então sonhada reunificação dos Estados alemães viria apenas se consolidar mais de meio século mais tarde, com um processo lento, cujo culminar seria a assinatura do Tratado de Versalhes de 1871, sob a liderança de Bismarck. Assim, o processo de unificação foi-se fazendo gradualmente. A união econômica seria alcançada com o Zollverein, em 1851; a união política, como referido, somente em 1871, com Bismarck; e unidade jurídica do Direito Civil só se lograria no ano de 1900, marcando-se pela publicação do *Bürgerliches Gesetzbuch*, o Código Civil Alemão, ainda em vigor no país.

Referida esta breve linha do tempo, avultam dois momentos importantes para este estudo: uma primeira onda emigratória para Santa Catarina, em 1829, e uma segunda onda, na década de 1840, que iria desaguar na fundação da Colônia Santa Isabel. Não deixando de citar brevemente aquele primeiro momento graças à sua importância histórica, é este segundo que realmente nos interessa.

Assim, delimitam-se os contornos da emigração dos Reitz para a Colônia Santa Isabel, integrando esta chamada Segunda Onda. É relevante notar que, quando da emigração, na metade de 1840, não havia ainda o país Alemanha, como referimos no texto – compreender isto importa para entender a diversidade de culturas e razões, que levaram diferentes famílias a irem ao Brasil naquele tempo. Referido isto, podemos nos dedicar à “micro-história” que é tema desta pesquisa.

O berço dos Reitz



Fig. 1: Placa indicativa do início da vila de Hirschfeld, no Hunsrück, terra de origem da família do imigrante João Reitz (Fotografia tirada pelo autor em 2019).

A família Reitz é originária de Hirschfeld, uma vila na região do Hunsrück no estado da Renânia-Palatinado, ocupada desde antes da dominação romana. A região tem esse nome pela primeira vez mencionado como “*hundesrucha*”, sendo citado quando da instituição do Mosteiro de *Ravengiersburg*, em 1704. Diversas teorias tentam explicar a origem do nome. As com maior crédito são uma variação de *Hoh er rücken* (montanhas ou lombas altas, em alemão), ou de *Hundsrück* (costas

⁵ É certo que na região central da Europa a instituição da nova cartografia política seria mais evidente, mas não menores seriam os reflexos em regiões além-mar. O nascimento do Império Brasileiro, devido à fuga da Corte Portuguesa à região em 1808, seria uma consequência dos empreendimentos napoleônicos na Europa.

de cachorro, por a região montanhosa assemelhar-se às costas do dito animal)⁶.

Também do alemão, o nome de Hirschfeld significa “campo dos cervos”. O “Dorf” (vila) foi citado pela primeira vez num escrito de 1351, pertencendo à paróquia de Klei-nich:

Em 1351 parece ter havido uma vacância, já que o arquediácono ordenou por meio de uma carta ao padre de Irmenach que o vicário Tillman ministrasse a missa três vezes por semana e uma vez em Hirschfeld⁷.

A vila, pertencia ao domínio dos Condes von Wild von Rhein, enquanto território do Sacro Império Romano-Germânico, passando posteriormente aos Condes Kratz von Scharffenstein. Por fim, antes da dissolução do império em virtude das guerras napoleônicas, a vila seria herdada pela casa Solms-Rödelheim, ao fim do século XVIII. A memória dos tempos do império parece ainda viva na localidade, uma vez que o brasão da vila possuía ainda referência às cores que enfeitavam o brasão dos von Scharffenstein (Fig. 2).

No brasão ainda é de se notar duas figuras com significado para a vila: o cervo (um *Hirsch*, num fundo verde), fazendo referência ao animal que deu nome à região; e a torre da igreja (no fundo azul), fazendo referência à igreja antiga em estilo românico na vila – hoje de confissão protestante. Esta igreja, inicialmente católica passou depois da reforma (1557) a confissão protestante. Reitz (1963, p. 14) relata-nos que em 1685 instituiu-se a prática do simultâneo, havendo na mesma igreja cultos católicos e protestantes⁸.

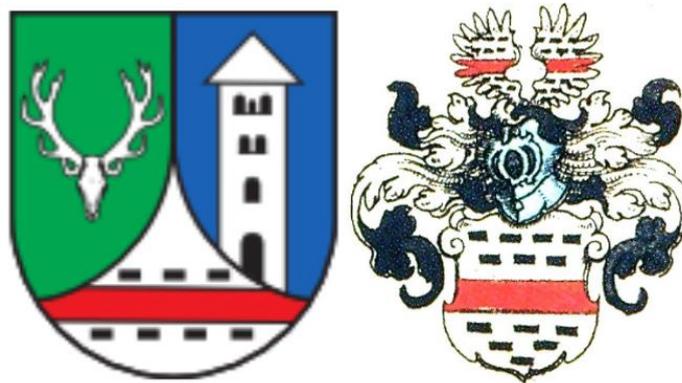


Fig. 2: Brasão de armas da via de Hirschfeld e brasão heráldico dos condes Kratz von Schaffenstein (KIRSCHBERG-HUNSRUECK e WIKIPEDIA).

Apesar da maior parte da população ser de origem protestante, há duas notas a se pontuar. Com a construção da Igreja Católica dedicada a São Vendelino, em 1929, pôs-

⁶ As duas hipóteses são citadas por Raulino Reitz, embora ele mencione apenas a semelhança sonora a *Hundsrück*, aderindo à hipótese de “lombas altas” (1988, p. 38). Não nos parece prudente tomar posição neste momento quanto à origem etimológica do nome. Contudo, não podemos deixar de notar as variadas referências topográficas à região que a comparam com a fisionomia do animal, como a tradução para o grego como *cynonotus* ou para latim *canis dorsum*, ambas traduções de “costas de cachorro”.

⁷ Tradução nossa do original: “1351 scheint eine Vakanz stattgefunden zu haben, denn der Archidiakon gab brieflich dem Priester zu Irmenach den Befehl, daß der Vikar Tilmann dreimal in Cleinich und einmal in Hirschfeld Gottesdienst halten sollte” (SINEMUS, 1916, p. 245).

⁸ Parece esta prática ter sido instituída depois da Paz de Vestefália. Um dos pilares deste tratado que pôs fim a Guerra dos Trinta Anos era a tolerância religiosa.

se fim à prática do simultâneo, tendo cada confissão o seu templo. Além disso, os Reitz parecem ter sempre seguido a religião católica, tendência que seria levada e cultivada no Brasil⁹.

Como adiantamos, as Guerras lideradas por Napoleão viriam a perturbar as bases que sustentavam os Estados europeus nos séculos anteriores. Consequências houve não apenas no plano macroscópico dos Impérios, nomeadamente o fim do Sacro Império Romano-Germânico, mas também afetaria o plano microscópico, mudando a situação jurídica e social de milhares de pessoas num curto espaço de tempo. Não foi diferente com a vila de Hirschfeld, que passou a fazer parte do Império Francês (período entre 1794 e 1814, chamado em alemão de *Französische Zeit*, ou período francês).

Parte do *Empire Français*, a maior parte do Hunsrück passou a localizar-se no então criado *Departement du Rhin et du Moselle* (Departamento do Reno e do Mosela), que se subdividiu em três *arrondissements* (Bonn, Koblenz e Simmern), que por sua vez ainda dividiam-se em cantões. A vila de Hirschfeld localizava-se no cantão de Trarbach que, com outros nove cantões, estava no *arrondissement* de Simmern, no dito Departamento¹⁰.

Enquanto parte do mundo napoleônico, toda a região esteve sujeita às leis e administração francesas. Fez-se inclusive vigente no território o *Code Civil*, de 1804, entre outros códigos do período napoleônico¹¹.

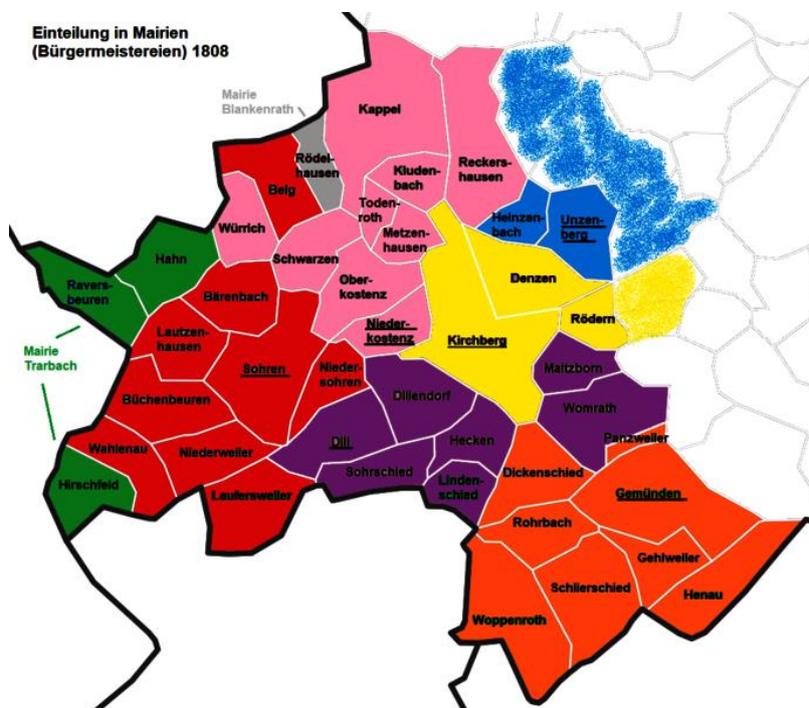


Fig. 3: Mapa da região da atual unidade administrativa de Kirchberg, na qual se insere Hirschfeld, em 1808. Cada cor representa uma prefeitura "mairie" (ARNOLD, 2020).

⁹ A família Reitz originou uma próspera leva de eclesiásticos, sobressaindo os padres Raulino (1919 – 1990), João (1904 – 1984) e Afonso Reitz (1906 – 1989). Para mais sobre este tema, recomendamos o estudo de VALERIM (1996) sobre a história do Padre João Reitz e a relação da família com a religião.

¹⁰ ARNOLD (2020).

¹¹ A influência da legislação napoleônica significa muito mais para a região que mera curiosidade histórica. Símbolo de uma nova visão de mundo trazida pela modernidade, o Código se fez vigente na região até a aprovação do Código Civil Alemão, de 1900.

A situação só voltaria a “normalidade” com a Convenção de Viena, de 1815. A região do Hunsrück voltaria a fazer parte do mundo político germânico, mas sob as vestes do poderio do reino prussiano, constituindo a chamada Prússia Renana. Foi nessa estrutura, que se estenderia até 1871, com a Unificação, que os Reitz deixaram Hirschfeld para se pôr ao caminho das terras desconhecidas do sul do mundo.



Fig. 4: Igreja católica construída em 1929, dedicada a São Vendolino, localizada na vila de Hirschfeld (Fotografia do autor, 2019).

A emigração e imigração alemã

A vinda dos povos alemães para o Brasil na metade do século XIX deve ser entendida em dupla perspectiva. Por um lado, enquanto imigração, focando na promoção e interesse da vinda de colonos ao Brasil¹²; por outro, enquanto emigração, tendo em atenção as razões dos colonos em quererem deixar as suas terras.

Num primeiro plano, no Brasil, passadas algumas décadas da primeira empreitada migratória, ainda no reinado de D. Pedro I, voltou-se a vislumbrar a possibilidade de trazer imigrantes. Estes deveriam povoar o país e servir de mão de obra assalariada, devido ao previsível fim da escravidão. Um primeiro passo importante para permitir tais objetivos foi a aprovação da Lei nº 16, de 12 de agosto de 1834, chamada de Ato Adicional, que viria a alterar a Carta Constitucional (1824) do Império.

A partir do Ato Adicional, passou a constar entre as matérias de competência legislativa das então Províncias:

¹² Nesta descrição, seguimos de perto o já exposto no texto *Luxemburgueses na Colônia Santa Isabel, uma história em construção* (REITZ, 2023).

Art. 11. Também compete às Assembléas Legislativas Provincias:

[...]

§ 5º Promover, cumulativamente com a Assembléa e o Governo Geraes, a organização da estatística da Província, a catechese, e civilização dos indigenas, e o estabelecimento de colonias.

Neste sentido, passariam as Assembleias Legislativas Provinciais também, em paralelo à Assembleia Geral o poder de legislar quanto ao estabelecimento de colônias. Exercitava-se uma competência comum ou paralela entre as Províncias e o Governo Central. Não tardou para que as Províncias passassem a utilizar a recém atribuída competência. A primeira seria a Província de Santa Catarina, em 1835¹³.

No entanto, a contrassenso do pioneirismo catarinense, a Colônia Santa Isabel surgiria em 1847 não de um projeto propriamente engendrado pela Província, mas de uma solução a uma dificuldade que surgira neste ínterim. Na verdade, em 1840, havia sido aprovada pela Assembleia da Província do Rio de Janeiro a Lei Provincial nº 226, de 30 de maio. Sob este diploma, o Governo Provincial celebrara um contrato de angariação de colonos junto da CIA Delrue, visando a sua instalação na cidade de Petrópolis, na mesma província.

Os agentes do armador Charles Delrue logo espalharam-se principalmente no sudeste alemão, fazendo a propaganda em nome do Província do Rio de Janeiro. Hoje, sabe-se que o alcance dos trabalhos da companhia não se limitou às fronteiras da Prússia Renana, atravessando o Mosela e chegando até mesmo a Luxemburgo. Mais sobre este episódio será dito adiante.

Sob outra perspectiva, na região do Hunsrück, diversos teriam sido os motivos que levariam a emigração. Não parece haver, em comparação a outros episódios migratórios¹⁴, nenhuma razão especialmente individualizável. Assim, são de se pontuar a pobreza, as mudanças socioeconômicas, promovidas pela revolução industrial e do desmembramento da estrutura de tipo feudal, e o aumento demográfico como as principais causas do fenômeno.

De qualquer maneira, parece relevante citar que passados anos após a migração, o Brasil enquanto terra de esperança e “paraíso terráqueo” continuou presente na memória da região. São de se citar os textos de Rottman. Joseph Rottman foi um político da região do Hunsrück, que nos seus em poemas escritos em Hunsrückisch¹⁵, documentou aqueles

¹³ Mais precisamente, por meio da Lei Provincial nº 11, de 5 de maio de 1835. ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA, 1835/1840.

¹⁴ Queremos, com isso, diferenciar de outros fenômenos emigratórios que tiveram razões bem definidas, como a emigração luxemburguesa para o Brasil que, nos momentos iniciais, teriam a carga fiscal como um motivo principal.

¹⁵ Embora tenhamos escolhido o termo Hunsrückisch por ser o mais preciso para descrever o dialeto, tal palavra não é usada nem pelos locais do Hunsrück, nem pelos alemães de Santa Catarina. Referem-se, respectivamente, como Plattdeutsch (alemão-baixo, em oposição ao Hochdeutsch, alemão-alto) e Hunsrik ou Hunsrique. Há ainda

anos de êxodo. No poema der *Abschied* (o Adeus), que narra a discussão entre Hannes (Johannes) e Liesekett (Elisabetha Katharina), pergunta a mulher ao seu amado nos primeiros versos:

*Willst Dau, Hannes, noh Bresilje ziehe,
Wo Deich Schlange unn die Affe kriehe?
(Joãozinho, tu vai memo pro Brasil,
onde as cobra e os macaco anda tudo na estrada?)¹⁶.*



Fig. 5: Uma vila no Hunsrück. A localização exata não pode ser identificada, mas acreditamos tratar-se das proximidades de Idar-Oberstein (Fotografia do autor, 2019).

O êxodo dos Reitz

Em um dia, conta-nos Raulino Reitz (1988, p. 25), “deu a louca no João. Queria emigrar para o Brasil”. Johannes (ou Johann) Reitz (1799 – 1890), que vivia como lavrador em Hirschfeld, vendera a sua propriedade ao irmão Johannes Jakob Reitz (1801 – 1873), com o intuito de emigrar ao Brasil. Assim, com a mulher Anna Katharina Reitz e os nove filhos, deixara para traz a terra no Hunsrück para não mais retornar.

alguns descendentes que chamam o dialeto de “alemão cachorro”, devido a pronuncia que lembra o nome do animal em alemão (*Hund*).

¹⁶ SCHMITT (1974, p. 134). Transcrevemos na íntegra a tradução por Schmitt. Por tratar-se de um texto escrito no dialeto da região, o tradutor optou pela falta de concordância e a supressão de algumas letras para reproduzir a ideia de coloquialidade, em oposição à norma padrão, que se obtém no original em alemão. Embora seja de citar que não há propriamente “erros gramaticais” no original, sendo antes a codificação de um modo de falar (Mundart), ou seja, um dialeto.

Johannes era o filho primogênito de **Philippus Mathias Reitz** (1770 – não sabemos a data do falecimento) e **Anna Maria Friedrich** (sem dados). Teve ainda 7 irmãos, que listamos abaixo¹⁷:

F1 – Johannes (1799 – 1890): Carpinteiro de profissão, emigrou com a mulher e oito filhos para o Brasil, em 1846. Mais informações serão tratadas adiante.

F2 – Johannes Jakob (26/10/1801 – 16/07/1873): Comprou a casa que pertencia a Johannes Reitz, que imigrou ao Brasil¹⁸. Seus descendentes vivem até hoje em Hirschfeld, não se chamando mais Reitz. Casou com **Anna Schönborn**, em 1834, com quem teve a sua descendência.

F3 – Anna Catharina (*04/04/1804)

F4 – Johann Nikolaus (*20/04/1806)

F5 – Maria Margaretha (*26/02/1809)

F6 – Johann Peter (*26/5/1812 – 1882): À semelhança de Johannes, veio ao Brasil no ano de 1846¹⁹. Assentou-se na Colônia Armação da Piedade²⁰. Posteriormente, mudou-se para Tajuba (São João Batista/SC). Casou-se com **Susana Wolf**, com quem teve sua descendência²¹.

F7 – Johann Adam (*23/07/1815)

F8 – Michel (*03/10/1818)

Ao analisar as condições da saída dos Reitz, alguns pontos não se deixam passar despercebidos. Conforme nos relata Raulino Reitz, havia dois elementos que denunciavam as condições econômicas de uma família: o tamanho das propriedades possuídas e o tamanho da estremeira.

Em primeiro lugar, os agricultores mais pobres possuíam à época propriedades que não passavam dos dois hectares. Em contrapartida, segundo Reitz (1963, p. 17), tinham "*os mais abastados 10 ou às vezes pouco mais*". Ainda de acordo com o autor, quando da saída de Johannes Reitz, a propriedade deste teria não apenas 12 hectares, como também seria a maior de Hirschfeld. Acreditando na verdade desta informação, seriam os Reitz gente de algumas posses, confirmando talvez ter guiado mais Johannes um "espírito aventureiro", que propriamente a necessidade.

Uma razão para o tamanho da propriedade está no fato de os Reitz terem se fixado ao costume de toda a propriedade ser herdada pelo primogênito, com a *ratio* de preservar o seu tamanho (REITZ, 1963, p. 17)²².

¹⁷ Referente aos membros que nos limitamos a citar a data de batismo, sobre esses não possuímos mais informações. Cfr. REITZ (1963, p. 98).

¹⁸ REITZ (1963, p. 16-17).

¹⁹ STEINER (2024a, p. 144).

²⁰ Estudos mais recentes vieram a questionar se havia de facto um parentesco entre Johannes Reitz e o Johann Peter Reitz assentado na Colônia Piedade. Isso porque, segundo BRENUVIDA (2023, p. 21), o Johann "Pedro" Reitz que se tem registro nesta colônia teria 42 anos à chegada – incompatível com a idade que o Johann Peter Reitz, irmão de Johannes, deveria ter em 1846: por volta dos 34 anos.

²¹ REITZ (1963, p. 164).

²² Do que conseguimos apurar, esta prática chamada de "Anerbenrecht" não era a regra no Hunsrück. Na verdade, uma prática muito comum era o "Realteilung", imposto definitivamente pelo Code Napoleon, que previa a divisão

Em segundo lugar, quanto à estrumeira, parafraseando o Cônego Albino Juchem, era nisto que consistia o “crédito” de uma família. O raciocínio é simples: a estrumeira é tanto maior quanto a necessidade do seu proprietário de adubar a terra. Na síntese do Cônego (REITZ, 1963, p. 18), “[uma] estrumeira grande é igual a crédito grande; e a estrumeira pequena equivale a crédito pequeno; onde não há estrumeira, não há crédito algum”²³. A estrumeira, ao menos até o tempo da visita à região do Padre Reitz, situava-se diante da casa, mas este não comenta o seu tamanho.

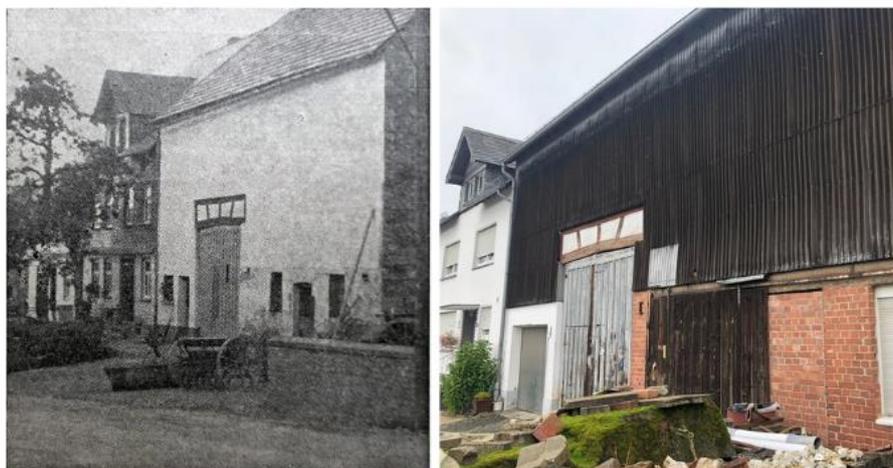


Fig. 6: Ao fundo, a casa dos Reitz, década de 1950 e 2019, à esquerda e à direita. Mais à frente, uma oficina para guardar o maquinário. Fonte das respectivas fotografias: REITZ (1963, p. 13) e Acervo do autor.

Este costume e uso, respetivamente, parecem ter-se perdido com a emigração²⁴ – o que seria comprovado pela necessidade de explicitação pelo Padre dos Gravatás.

Quanto à “casa dos Reitz”, a estrutura existe na vila de Hirschfeld, não pertencendo mais à família. A construção original foi reformada em 1858, ou seja, pouco mais de dez anos depois da emigração de Joahnnes, mas manteve o estilo e tamanho da original.

Vendidas as suas posses, começava a jornada. Seguindo o padrão da época, o primeiro trecho foi seguido pelos Reitz de carroça até o Reno. Daí tomaram um vapor até Colônia. Provavelmente, em 10 de setembro de 1846, tomaram um trem a Ostende, na

da propriedade em porções iguais entres os herdeiros (SEIBEL, link nas referências). Na região, havia até uma expressão que dizia que a pretendente de um homem deveria proporcionar um bom dote: ela devia “ter algo nos pés” (*äbbes an de Fieß honn*), para indicar que alguém tinha propriedades (LEY, link na bibliografia).

²³ Em outra obra, relembra de forma diversa, mas com a mesma ideia: “É precisamente na estrumeira que consiste o meu status. Uma estrumeira grande equivale a um bom capital; e a pequena implica em pouca riqueza” (REITZ, 1988, p. 23).

²⁴ Achamos conveniente, por uma questão de rigor, distinguir o costume, em sentido jurídico, do mero uso. Enquanto naquele se observa um elemento objetivo (a pratica reiterada e uniforme) e subjetivo (a convicção de obrigatoriedade da prática), nos usos está presente apenas o elemento objetivo. Em resumo, falta ao uso um valor normativo.

Bélgica, até se dirigir por terra à cidade portuária de Dunquerque, na França. Dos membros da família Reitz que emigraram, juntos dos pais ao Brasil²⁵, constam²⁶:

	NOME	DATA DE NASCIMENTO
1	Johannes Reitz	1799
2	Anna Katharina Klein	Não sabemos
3	Maria Catharina	04/10/1826
4	Anna Maria	02/09/1831
5	Peter	25/11/1832
6	Johann Nicolaus	01/08/1834
7	Anna Catharina	13/10/1836
8	Johann Peter	27/01/1837
9	Johann Adam	18/12/1842

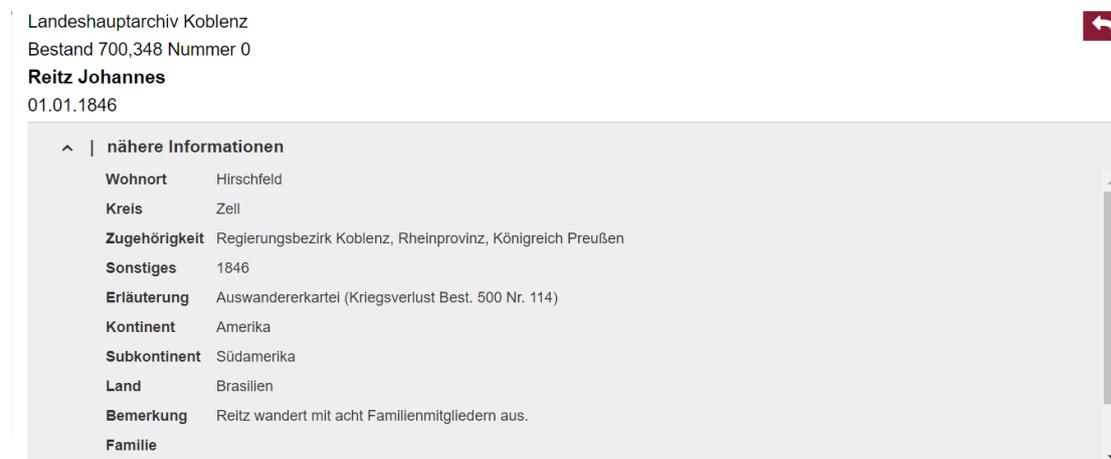


Fig. 7: Registro dos Arquivos de Coblênça que consta que João Reitz emigrou, em 1846, com 8 familiares ao Brasil. Os registros foram destruídos durante a Segunda Guerra Mundial. (Landeshauptarchiv Koblenz, conforme link inserido nas referências).

²⁵ Ao todo, contam-se 11 filhos. Houve descendentes que vieram a falecer na Alemanha, antes da possibilidade de emigrar: Maria Margaretha (07/04/1822 – 1825), Johann Jacob (20/07/1824 – 1841), Maria Margaretha (15/11/1828) e Johann Adam (15/07/1839 – 1842). REITZ (1963, p. 100-101).

²⁶ Uma breve biografia de cada filho de João Reitz, com as respectivas fontes, será exposta *infra*.

Houve, no entanto, um obstáculo entre a velha e a nova pátria. Retomado o fio da história, no contrato estabelecido com a Casa Delrue CIA, requeriam-se 600 colonos. Devido a algum erro, não se sabe por qual razão, o armador Chares Delrue e seus agentes foram atrás de 600 famílias (OLIVEIRA, 1996).

*Artigo 1º– O governo da província do Rio de Janeiro se obriga a pagar aos agentes da casa Commerical de Charles Delrue, no Rio de Janeiro a quantia de 245 francos por cada colono contatado na Europa e apresentado neste porto até perfazer o número de **seiscentos colonos**²⁷ trabalhadores e bem assim pelas mulheres dos que foram casados legitimamente, na inteligência de que estes serão preferidos, igualmente pagará a metade dessa quantia (...) por cada um filho desses casaes que for de idade de 5 até 15 anos, contando que por parte de contractados e importados dos mesmos se observem as seguintes condições.²⁸*

Pouco tempo levou para que o número ultrapassasse muito o necessário. Relatos do período referem que havia muitas famílias que haviam então se dado a mendicância na cidade de Dunquerque, de onde deveria sair o transporte ao Brasil. Para evitar maiores problemas na cidade, o Governo Francês passou a exigir na fronteira com a Bélgica, através de uma nota que fez circular pelos focos de emigração²⁹, um documento de contrato com a dita companhia.

Neste cenário, junto de outras famílias, foi exigido aos Reitz, em Ostende, os contratos assinados por Delrue, os quais não os tinham. Graças à perspicácia de Matias Schmitz, um emigrante que viria a relatar toda a jornada, conseguiram passar a fronteira.

Aconteceu um grande contratempo. Recebemos a notícia de que não nos era permitido atravessar a fronteira sem apresentarmos o exigido certificado. Se não tivéssemos dinheiro suficiente para cobrir as despesas seria melhor voltar para casa. O último nada nos agradou. Já não tínhamos mais casa nem propriedade. Por felicidade estava conosco o agente do armador D., por ordem do qual nós empreendemos a viagem. Este se vira obrigado a nos acompanhar, porque eu estava de posse de algumas cartas do agente e se as mesmas caíssem em mãos da polícia, ele seria preso e invariavelmente condenado por fraude. Somente o medo levou-o a interceder junto ao armador D. para que fôssemos transportados, não de todo gratuitos, mas por um preço baixo.³⁰

Com isso, junto de outras famílias, Johann Reitz, com a mulher e sete filhos, embarcou no navio Virginie, em 19 de setembro de 1846. Não sendo conveniente repetir integralmente o que passaram os emigrantes durante a viagem, limitamo-nos a dizer que foram péssimas as condições da travessia atlântica. A comida era limitada e houve pelo menos 11 pessoas que morreram, por conta de uma doença que se espalhou a bordo.

²⁷ Grifos acrescentados pelo autor.

²⁸ Jornal do Commercio/RJ. Ano 1844. Edição 00162 apud MONASSA (2020, p. 12).

²⁹ Em outro artigo, comprovamos como esta notícia fez-se circular inclusive em Luxemburgo (REITZ, 2023).

³⁰ SCHMITZ, Mathias. Diário do Imigrante Mathias Schmitz.

NOMS, PRÉNOMS, FILIATIONS, AGES, LIEUX DE NAISSANCE, DOMICILES ET SIGNALEMENTS.				PROFESSIONS.	LIEUX ET ÉPOQUES		OBSERVATIONS.
					d'embarquement.	de débarquement.	
<i>Beauty Steffoul, et sept enfants</i>						<i>1879</i>	<i>107 portouf</i>
Age de <i>49</i>	naïf d	dép. d	taille d'un mètre			<i>1879</i>	<i>5 ig</i>
front	sourcils	millimètres,					
cheveux	nez	bouche					
yeux	menton	visage					
barbe							
peint							
signes particuliers							
<i>Johann Reitz sa femme et sept enfants</i>						<i>1879</i>	<i>9 ig</i>
Age de <i>46</i>	naïf d	dép. d	taille d'un mètre				
front	sourcils	millimètres,					
cheveux	nez	bouche					
yeux	menton	visage					
barbe							
peint							
signes particuliers							

Fig. 8: Recorte da relação dos passageiros do navio Viginie. Nome: "Johann Reitz as femme et sept enfants" (João Reitz, sua mulher e sete filhos) nas atas do navio Virginie, no Porto de Dunquerque. (Archives de la Seine-Maritime – Rouen, França, conforme link nas referências).

Dos Reitz, conta a tradição oral ter havido a morte de uma filha de Johannes. Posteriormente, Raulino Reitz viria a confirmar a história e conferir-lhe um nome: Maria Margaretha (batizada em 1828)³¹. A informação não nos parece exata. Todos os documentos que citam a vinda da família de João Reitz ao Brasil referem haver ter ocorrido a emigração "com oito membros da família" (ainda na Alemanha, **fig. 7**)³², ou com "sua mulher e sete filhos" (no embarque em Duquerque, **fig. 8**)³³, ou ainda citando nominalmente cada um dos filhos (já no Brasil, **fig. 9**)³⁴. Além disso, observamos não constar o nome de Margaretha Reitz entre os óbitos do navio³⁵.

Sobre o desembarque, sugerimos também a leitura integral do relato de Schmitt. Limitamo-nos a resumir que, após a ancoragem no Rio de Janeiro, os colonos não encontraram imediatamente terra digna de ser chamada de lar. Abandonados à própria sorte em Niterói, viveram num barracão na praia que servia de depósito de lenha para os barcos. Somente após recorrerem ao Imperador D. Pedro II por duas vezes, as famílias foram deslocadas à Província de Santa Catarina.

³¹ REITZ (1989, p. 192-194).

³² Cfr.: Landeshauptarchiv Koblenz (link disponível nas referências).

³³ Cfr.: Archives de la Seine-Maritime – Rouen, França (conforme link nas referências).

³⁴ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA.

³⁵ MEIER, Beat Richard; BRUCH, Jonas; JOCHEM, Toni. Um grande achado: a documentação de bordo do brigue francês Virginie (1846). Páginas da Colonização: Estudos/subsídios históricos sobre a Colônia Alemã Santa Isabel – 175 anos de Fundação, 2024. Disponível em: <http://toniochem.com.br/artigos-paginas-da-colonizacao/>. – Acesso em: 05 set. 2024.

A Colônia Santa Isabel

A Colônia Santa Isabel seria fundada para receber justamente estes imigrantes chegados em Desterro (atualmente Florianópolis), em dezembro de 1846. Sabemos, todavia, que ideia não surgira do improviso. Havia já discussões para a implantação de um núcleo colonial à beira do Caminho das Tropas. Este caminho, aventado ainda no século XVIII, deveria servir de ligação entre a Ilha de Santa Catarina e Lages, na Serra Catarinense. Finalmente, ao abrigo da Lei nº 49, de 15 de junho de 1836, previu-se a criação da Colônia³⁶.

A “**João Reitze**” foi concedido o **lote 22**, localizando-se ao lado esquerdo do Caminho das Tropas (chamado pelos colonos de Caminho Imperial – *Kaiserlicher Weg*)³⁷. A divisão dos lotes fez-se consoante o número de pessoas que um patriarca tinha a seu encargo³⁸. Com uma mulher e sete filhos, “João Reitz” recebera 200 braças de frente por 1.000 de fundos. Tinha como vizinhos **Henrique Fritzen (lote 20)** e **Pedro Thiel (lote 24)**.

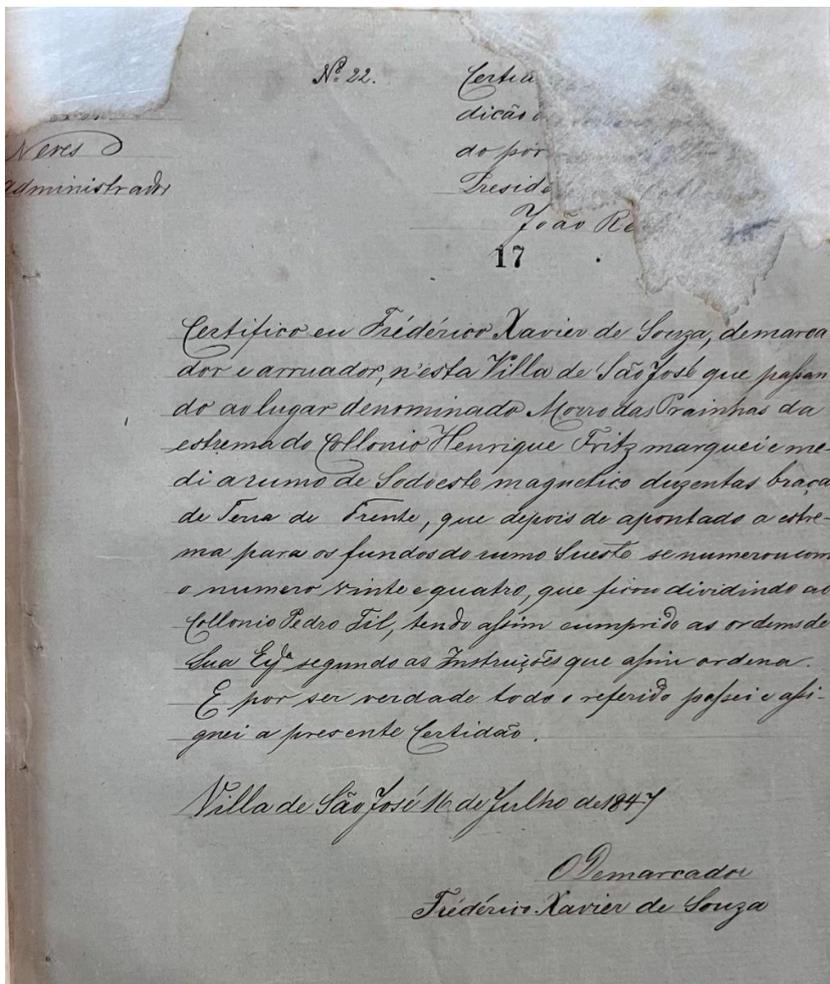


Fig. 9: Certificado da demarcação das terras concedidas ao imigrante João Reitz, em 16 de julho de 1847, lote 22, ao lado de Henrique Fritzen e Pedro Thiel. (Arquivo Público do Estado de Santa Catarina, 1847).

³⁶ JOCHEM (1992, p. 67).

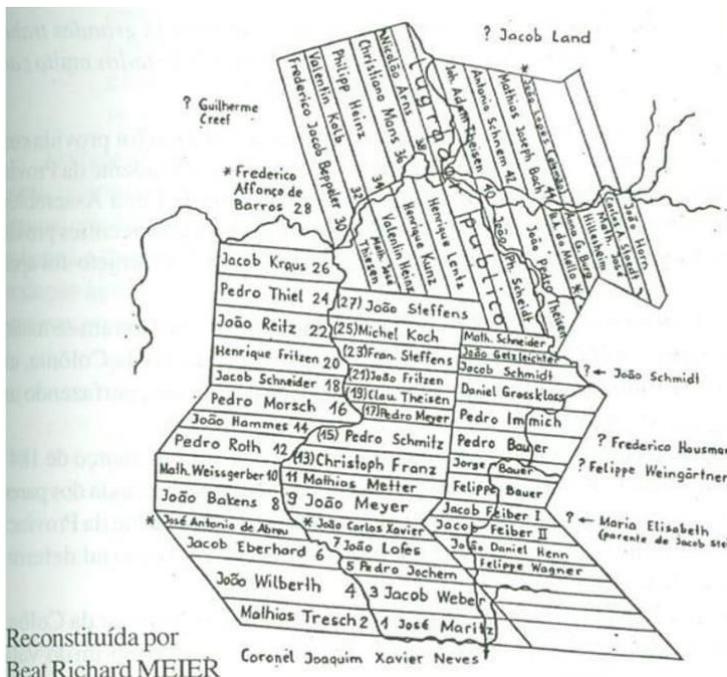
³⁷ REITZ (1989, p. 193).

³⁸ Critério semelhante parece ter sido utilizado na distribuição dos lotes na Colônia São Pedro de Alcântara (REITZ, 1992, p. 55). Na Colônia Santa Isabel, a divisão dos lotes ocorreu da seguinte forma: solteiros, 100 braças de frente por 1.000 de fundos; casais sem filhos, 125 de frente por 1.000 de fundos; casais com até três filhos, 150 de frente por 1.000 de fundos; e para casais com mais de três filhos, 200 de frente por 1.000 de fundos (JOCHEM, 1992, p. 82).

2 Sorte lado	João Reitz	86	44
querdo 200 br.	Catharina sua mulher	87	44
	Catharina fa	88	19
	Anna Maria .	89	16
	Pedro f.	90	14
	Nicolas	91	12
	Anna Catharina f.	92	10
	João f.	93	6

Fig. 10: Recorte da lista dos imigrantes assentados na Colônia Santa Isabel. Infelizmente, o nome de João Adão Reitz, último da página, foi cortado na imagem acima. (Arquivo Público do Estado de Santa Catarina, Memoriais de Lotes, 1847)

Não sabemos, contudo, quanto tempo durou a passagem dos Reitz na Colônia Santa Isabel. À semelhança de outras famílias pioneiras, deram-se também a um processo de migração interna, vindo a se instalar em outras terras. São apontados alguns motivos para o abandono da recém-criada Colônia. Reitz refere entre os principais fatores a solidão em que se encontravam os primeiros colonos, o desagrado com o lote recebido ou pela inaptidão da terra para o plantio³⁹. Jochem cita também a infertilidade da terra e as razões geográficas – o relevo acidentado –, além do abandono estatal em que se encontrou a Colônia nos seus anos iniciais⁴⁰. Não havia escolas para prover educação ou "assistência religiosa", bem como "outros benefícios consignados pelo pacto social que rege a vida em sociedade"⁴¹.



Em síntese muito bem marcada por Bruch (2022, p. 2), "[s]em um regulamento e sem diretoria, a Colônia caracterizava-se desde seu início, pela improvisação".

Fig. 11: Mapa com demarcação/distribuição dos lotes na Colônia Santa Isabel, em 1847, reconstituído por Beat Richard Meier. Fonte: Jochem (1997, p. 83).

³⁹ REITZ (1988, p. 37).

⁴⁰ JOCHEM (1997, p. 87).

⁴¹ JOCHEM (1992, p. 94).

Não se sabe as exatas razões que levaram o patriarca Reitz a se mudar. Raulino Reitz apenas pontua que “[a]pós algum tempo João Reitz mudou-se para a Colônia de São Pedro de Alcântara, onde se estabeleceu, pouco acima do salto do rio Maruim, nas proximidades da freguesia (hoje vila)”⁴².

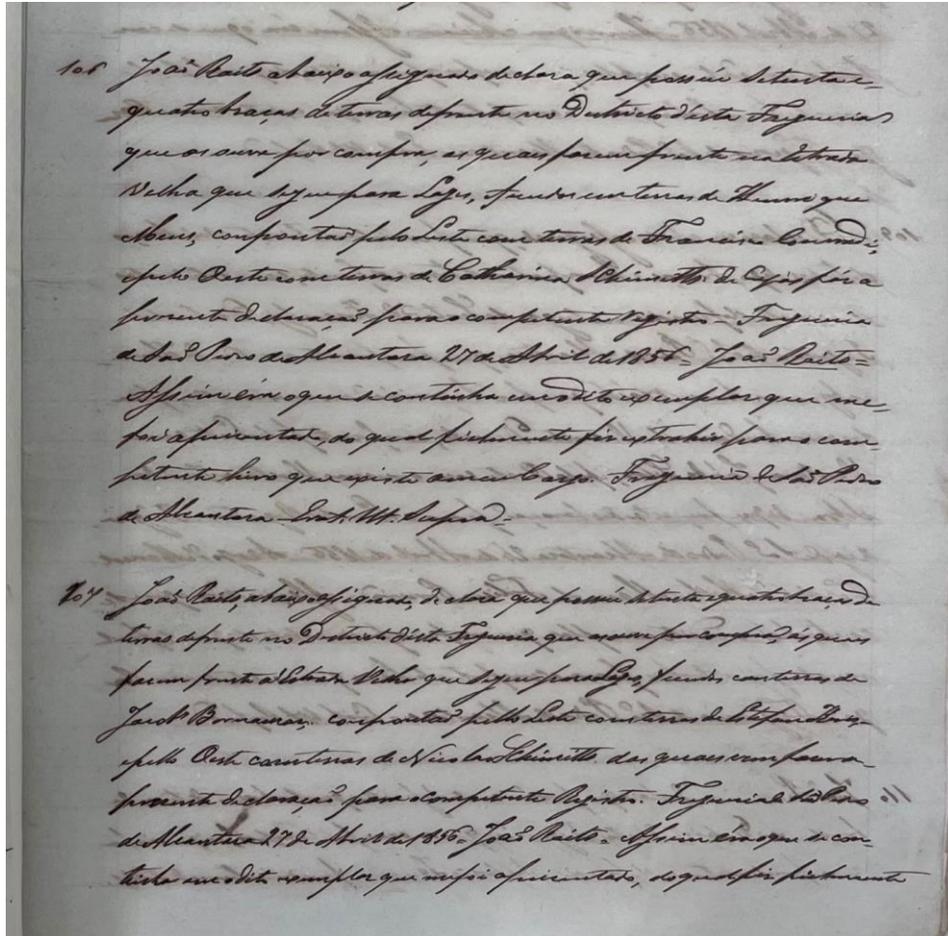


Fig. 12: Registro de duas terras possuídas por João Reitz em São Pedro de Alcântara, ano de 1856. (Arquivo Público do Estado de Santa Catarina, 1856b).

Quanto ao “algum tempo”, não se sabe exatamente quanto seria. Descobrimos, de forma não mencionada na obra de Raulino Reitz, que ao menos até setembro de 1848 a família Reitz se encontrava na Colônia Santa Isabel (**Fig. 13**). Consta de um censo de setembro de 1848 os nomes de João Reitz, sua mulher e seis filhos entre os habitantes de Santa Isabel. Nota-se que há um filho a menos que à chegada, sendo provavelmente a faltante Maria Catharina.

⁴² REITZ (1989, p. 193). A mencionada freguesia/vila hoje é o município de São Pedro de Alcântara, instituído através da lei nº 9.534, em 16 abril de 1994, que o então governador de Santa Catarina, Dr. Antônio Carlos Konder Reis, fez questão de sancionar em cerimônia realizada no solo da própria sede da histórica colônia. Os limites municipais, inicialmente fixados pela citada lei, foram depois modificados pela lei nº 9.943, sancionada em 20 de outubro de 1995. A instalação do novo município ocorreu a 1º de janeiro de 1997, com a conseqüente posse do primeiro prefeito e vice eleitos, respectivamente, Sr. Salézio Zimmermann e José Ademir Deschamps, bem como dos membros da Câmara de Vereadores.

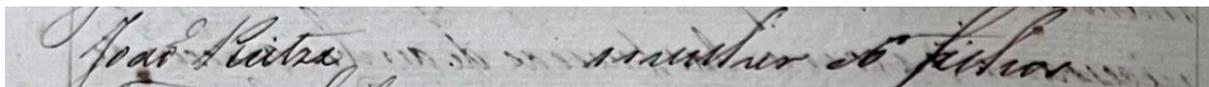


Fig. 13: "João Reitze, a mulher, 6 filhos". (Arquivo Público do Estado de Santa Catarina, AUTP, 1847-1850).

Beat Richard Meier, por sua vez, avultou a possibilidade de os Reitz ainda estarem na Colônia na década de 1860, pelo fato do nome de "Jacó Reitz" – estar no mesmo lugar onde João Reitz recebeu as suas terras – constar em uma mapa feito pelo Diretor Cocoroca, em 1863. Sugeriu Meier a possibilidade de tratar-se de um erro na escrita de João Reitz, o Padre Raulino Reitz, afasta tal possibilidade em termos inequívocos: "Jacó Reitz que consta no mapa do Loefellscheid, não pode ser meu bisavô João Reitz, que se mudou de lá com a família, em 1849, para São Pedro de Alcântara. Desconheço a identidade deste Jacó Reitz"⁴³.

Importante de se notar é que tal diáspora não foi exclusiva da Colônia Santa Isabel. Também a primeira colônia alemã de Santa Catarina, São Pedro de Alcântara, passou por processo semelhante. Inclusive, houve famílias que migraram de São Pedro para Santa Isabel no ano da sua fundação. Explica Reitz (1992, p. 54):

Imediatamente após a implantação da colônia São Pedro de Alcântara em terras fracas, com objetivos estratégicos e militares, em geral sem aguadas, inadequadas para moradia e agricultura, iniciou-se um grande êxodo de colonos alemães, a partir da beira do caminho de tropas para Lages para as margens dos rios Maruim e Biguaçu, bem como para regiões mais longe, como Gaspar, Ituporanga, Ilhota e Luiz Alves, no vale do rio Itajaí.

Acrescentamos também que, de forma igualmente não antes publicada, conseguimos achar um documento que comprova que, em 1856, João Reitz ainda tinha a posse do seu lote em Santa Isabel.

N. 105. O abaixo assignado João Raitz [sic] declara que possui duzentas braças de terra de frente no lugar da Prainha Rio dos Bugres Districto de Santo Amaro que as obteve por concessão como consta de suas Escrituras, cujas terras fazem frente a Estrada que segue para Lages, fundos com quem direito for: confrontao por Leste com terras de Henrique Fritecen [sic], pelo Oeste com terras de Pedro Dil [sic], cuja declaração vem fazer para serem registradas na forma da Lei.

Freguesia de São Pedro de Alcantara trinta de Abril de mil oitocentos cincoenta e seis

João Raits [sic]

⁴³ Em correspondência de Raulino Reitz com Beat Richard Meier, em 22 de setembro de 1989, que este muito gentilmente nos concedeu permissão de utilizar nesta pesquisa.

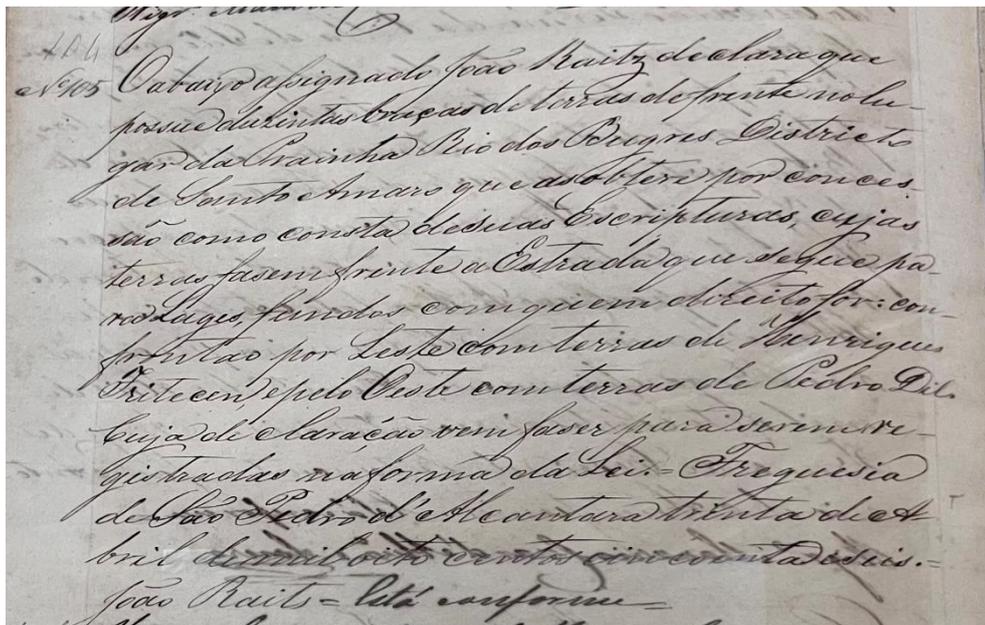


Fig. 1: Registro de posse do lote pertencente ao imigrante João Reitz, em 1856. Na Colônia Santa Isabel. (Arquivo Público de Santa Catarina, 1856a)

Apesar de Raulino Reitz não conhecer qualquer "Jacó Reitz", estes registros nos levam a crer que, tendo mesmo a família se mudado de Santa Isabel em 1849, João Reitz permaneceu com a propriedade do terreno. Seguimos Meier, que acreditava se tratar provavelmente de um erro de grafia.

O que aconteceu com o terreno posteriormente – se foi alienado por venda, doação ou testamento – ainda não sabemos. De qualquer forma, esta descoberta joga alguma luz sobre o "algum tempo" vivido pela família na Colônia. A passagem dos Reitz por Santa Isabel pode não ter sido tão efêmera quanto inicialmente se pensava.

Dados biográficos dos filhos do imigrante João Reitz⁴⁴

Pretendemos transcorrer algumas linhas para cada um dos filhos de Johannes Reitz e Anna Katharina Klein que vieram ao Brasil.

1. Maria Catharina⁴⁵

Nascida em 04 de outubro de 1826, tinha 20 anos quando emigrou. Escasseiam relatos sobre Maria Catharina. Sabemos que um ano após o assentamento em Santa Isabel, já não vivia na casa de João Reitz. Casou-se com **Andreas Anton Bückler**⁴⁶ (ou **Pickler**), vindo a falecer seis meses depois – embora não saibamos a data exata desses eventos. Segundo Raulino Reitz, não deixou descendentes.

⁴⁴ A base das informações é retirada das páginas 98ss. do livro *Frutos da Imigração* (REITZ, 1963). Eventuais precisões e outras referências serão acrescentadas nos devidos lugares.

⁴⁵ REITZ (1963, p. 100).

⁴⁶ STEINER (2024b, p. 276).

2. **Anna Maria**

Nascida em 02 de setembro de 1831, emigrou com 15 anos. Casou-se em 29 de janeiro de 1851 com **Johann Hoffmann** (nº 1.828, filho de Matthias Hoffmann e Catharina Jap ou Jäp)⁴⁷. Faleceu no mesmo ano, em 03 de agosto.

3. **Peter**⁴⁸

Nascido em 25 de novembro de 1832, veio ao Brasil com cerca de 13 anos. Segundo Raulino Reitz, morava em São Pedro de Alcântara, no Posto de Monta, e possuía uma casa de alvenaria. Provavelmente está sepultado na mesma cidade, mas não conseguimos, até o momento, confirmar esta informação. Casou-se com **Maria Ana Arens**, com quem teve sua descendência. Teve dez filhos: Madalena Reitz (casada com Miguel Prim), Catarina Reitz (casada com Eduardo Baumgarten), Maria Reitz (casada com Pedro Schwartz), Margarida Reitz (casada com Francisco Meurer), Pedro Reitz Júnior (casado com Maria Meurer), Filomena Reitz (casada com Lino Koerich), Apolônia Reitz (casada com Antônio Stein), Clara Reitz (casada com João Koerich), João Reitz (casado com Filomena Hoffmann) e Generosa Reitz (casada com João Carlos Clasen). Não sabemos a data do falecimento.

4. **Johann Nicolaus**⁴⁹

Nascido em 01 de agosto de 1834, tinha 12 anos quando emigrou. Morava em Biguaçu. Raulino Reitz refere que se casou com uma **Schmitz**, enquanto Steiner (2024b, p. 277) documenta que se casou, em 19 de maio de 1857, com **Catharina Maria Michels** (nº 1.834, filha de Johann Michels e Maria Catharina Wirtz ou Würz). Faleceu em São Pedro de Alcântara, em 18 de novembro de 1898. Igualmente, é provável que esteja sepultado na mesma cidade, mas não conseguimos, até o momento, confirmar esta informação. Teve dois filhos: Adão Reitz e Nicolau Reitz.

5. **Anna Catharina**⁵⁰

Nascida em 13 de outubro de 1836, emigrou com a idade aproximada de 9 anos. Era conhecida por Anna Kett. Casou-se com **Nicolau Adão Schmitt** (nº 1.838, filho de João Adão Schmitt e Ana Catarina Bins)⁵¹. Mudou-se para São Pedro de Alcântara com os pais. Quanto ao local do sepultamento, referimos à mesma informação referida nos últimos dois parágrafos. Tiveram 9 filhos: Maria Schmitt (casada com Francisco Kretzer), Adão Schmitt (casado com Maria Luisa Deschamps), João Schmitt (casado com Bárbara Kretzer), Jerônimo Schmitt (casado com Catarina Sens), Pedro Schmitt (casado com Emília Deschamps), Nicolau Schmitt (casado: primeiro com Filomena Sens, depois com Maria Ludwig), Clemente Schmitt (casado com Leopoldina Clasen), Margaria Schmitt (falecida com menos de 10 anos) e Gertrudes Schmitts (casada com Augusto Nicolau Deschamps).

⁴⁷ STEINER (2024b, p. 277).

⁴⁸ REITZ (1963, p. 101).

⁴⁹ REITZ (1963, p. 103).

⁵⁰ REITZ (1963, p. 104).

⁵¹ STEINER (2024b, p. 277).

6. Johann Peter⁵²

Nascido em 27 de janeiro de 1841, tinha 5 anos quando emigrou. Residiu em Gaspar. Conforme Raulino Reitz, casou-se com **Ana Theiss**. Steiner (2024b, p. 278) confirma a informação, tendo ocorrido em 6 de outubro de 1866, já em Gaspar, mas cita um primeiro casamento, com **Maria Goedert**, em São Pedro de Alcântara, em 1865. Quanto ao local do sepultamento, é provável que tenha sido na cidade de Gaspar. Com Ana Theiss, teve 9 filhos: Gertrudes Reitz (casada com Roberto Beiler), Cristiano Reitz (falecido com 16 anos), Margarida Reitz (casada com Francisco Heil), Maria Reitz (casada com Miguel Deschamps), João Reitz, Luiza Reitz (Henrique Klock), Catarina Reitz (casada com Arnaldo Klock), Alvinho Reitz (casado com Julita Amorim) e Francisco Reitz (falecido com 17 anos).

7. Johann Adam⁵³

Nascido em 18 de dezembro de 1842, emigrou com 3 anos. Avô de Raulino Reitz, é ascendente da linha reta do autor do presente artigo. Casou-se com **Maria Reinert** (nº 1.848, filha de Nicolau Reinert e Maria Schmitz), em 1867. Vivia em Rachadel, Antônio Carlos⁵⁴, estando sepultado no cemitério da localidade⁵⁵. Lá, além de lavrador, foi proprietário de engenho de açúcar, de farinha e de um alambique, além de 6.262.600 m² de terras. Foi pioneiro na reflorestação do ingazeiro, árvore típica de sua região. Teve 7 filhos: Maria Reitz (casada com Nicolau Berns), Catarina Reitz (casada com Nicolau Conradi Júnior), Ana Reitz (casada com Pedro Firmino Martendal), Antônio (falecido com 4 anos), Pedro Reitz (falecido com 9 anos), Nicolau Adão Reitz (casado com Ana Wilvert) e João Adão Reitz (casado com Maria Hoffmann).

Considerações finais⁵⁶

⁵² REITZ (1963, p. 110).

⁵³ REITZ (1963, p. 112).

⁵⁴ Houve uma proposta para que o nome da cidade fosse “Reitzburgo”, no lugar de “Antônio Carlos”. Como se vê, a proposta não foi aprovada. Segundo Reitz (1988, p. 176), a proposta foi por João Schmitz apresentada na mesma sessão em que se decidiu a criação do município, em 30 de julho de 1963, desmembrando-o do município de Biguaçu. O atual nome, Antônio Carlos, homenageia o político Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, antigo governador do Estado de Minas Gerais e político pertencente à Aliança Nacional – partido, segundo Reitz, com influência no município de Biguaçu.

⁵⁵ Localizamos a informação no site https://www.myheritage.com.pt/research/collection-10147/billiongraves?itemId=1364409403&action=showRecord&tr_id=m_ynxt66842u_9uago3ko3f. Interessante notar mais uma das variações do nome Reitz que, particularmente, nunca havíamos visto: “João Raetz”.

⁵⁶ Gostaríamos de deixar os agradecimentos, em especial, na redação e pesquisa desse trabalho: ao historiador Toni Jochem, pelas ótimas orientações, sempre no sentido da maior qualificação do texto; ao senhor Beat Richard Meier, por disponibilizar a sua correspondência com Raulino Reitz, datada de 1989, sem a qual a nossa pesquisa estaria muito mais incompleta; aos funcionários do Arquivo Público do Estado de Santa Catarina, pela ajuda que prestaram na busca dos documentos que aqui apresentamos e que se mostraram essenciais; ao senhor Dieter Loyo, pelas contribuições que permitiram complementar nossa busca genealógica; ao Padre Raulino Reitz que, embora não tenha conhecido, sempre estive em diálogo através dos seus trabalhos; ao Senhor Jonas Bruch que, juntamente com Toni Jochem, coordenada o Projeto “Páginas da Colonização”; e, finalmente, aos meus pais e antepassados, por passarem a herança da história familiar, sem a qual esse texto seria impossível.

Com este estudo, pretendemos trazer novamente à evidência a passagem da família Reitz pela Colônia Santa Isabel. Embora não consigamos precisar quanto tempo esteve lá, nem o motivo em específico porque a deixou, não deixa de ser relevante as linhas que escrevemos. Afinal, conseguimos “prolongar” a estadia dos Reitz na região, que acreditávamos muito mais breve. Também importa recordar que a diáspora foi (mais uma vez) o destino comum de muitas famílias pioneiras nos primeiros anos da localidade.

Em suma, cumpriu-se recordar, para além da ligação da família com a Colônia, os trabalhos de Raulino Reitz, sem os quais muito provavelmente, sequer uma linha deste artigo seria escrita.

Se é certo que, apesar de termos tentado desvendar algumas questões, terminamos por trazer muitas outras. Exige ainda fazer mais estudos para atar as pontas soltas, que surgiram à medida que atamos outras. Ideal é que esse subsídio possa perpetuar a memória e servir de ponto de partida aos próximos estudos que serão feitos. Sendo pouco o que pudemos contribuir em relação ao que já foi feito, não esqueçamos que são os anões apoiados nos ombros de gigantes que conseguem ver, nem que seja um palmo, mais longe.

Referências

- ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA. **Leis**. 1835/1840.
- ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA. **Memoriais de lotes**. 1847. Livro 286, p. 17-44.
- ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA. **Registro AUTP**. PRESP 1847/50. 47f/47v.
- ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA. **Registro dos Vigários**. 1856a. 105. Livro 32(35). 26v.
- ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA. **Registro dos Vigários**. 1856b. 106/107. Livro 56(52). 24f/24f.
- JOCHEM, Toni. **A Epopeia de uma Imigração**. Águas Mornas: Ed. do Autor, 1997.
- MONASSA, Tatiana Fontani. **Petrópolis – Desconstrução da história da cidade sob o aspecto dos antecedentes e o contrato de imigração – memória coletiva e a antropofagia do poder**. TCC – formação do curso de licenciatura em história pela Universidade Estácio de Sá, 2020.
- REITZ, Raulino. **Alto Biguaçu: narrativa cultural tetrarracial**. Florianópolis: Editora Lunardelli, 1988.
- REITZ, Raulino. **Frutos da Imigração – História e Genealogia da Família REITZ**. Florianópolis: Ed. do Autor, 1963.
- REITZ, Raulino. Biografia do imigrante João Adão Reitz (1799 – 1890). **BLUMENAU EM CADERNOS**, Blumenau, tomo XXX, nº 7, p. 192-194, julho-, 1989.
- REITZ, Raulino. **Santa Bárbara: primeiro núcleo da colonização alemã em Santa Catarina**. Florianópolis: Editora da Universidade Federal de Santa Catarina, 1992.

REITZ, Raulino. [**Correspondência**]. Destinatário: Beat Richard Meier. Itapema, 22 nov. 1989.

SCHMITT, Elzeário. A Primeira Comunidade Alemã em Santa Catarina. **BLUMENAU EM CADERNOS**, Blumenau, tomo XV, nº 7 e 8, p. 105-138, julho-agosto, 1974.

SINEMUS, Martin. Geschichte des Kirchspiels Cleinich-Hirschfeld bis zur Einführung der Reformation im Jahre 1557. **Monats-Hefte für Rheinische Kirchengeschichte**, Mörs, 10. Jahrgang, p. 239-249, 1916.

STEINER, Carlos Eduardo. **Genealogia teuto-catarinense 1: Origem e migração das famílias estabelecidas nas Colônias Santa Isabel, Teresópolis e Itajaí (1847-1865)**. 2. Ed. Campinas, SP: Edição do autor, 2024a.

STEINER, Carlos Eduardo. **Genealogia teuto-catarinense 2: Famílias Pioneiras na Colônia Santa Isabel (1847-1865)**. 2. Ed. Campinas, SP: Edição do autor, 2024b.

VALERIM, V. R. A. **A Cura das Almas: Padre João Reitz e a comunidade da paróquia de Sombrio (1938-1963)**. Dissertação de Mestrado em História – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis. 1996.

Webgrafia

ARNOLD, Konstantin. **Geschichte der Verbandsgemeinde Kirchberg**. 2020. Disponível em: <https://www.regionalgeschichte.net/hunsrueck/kirchberg/einzelaspekte/geschichte-der-verbandsgemeinde-kirchberg.html> – Acesso em: 05 set. 2024.

Brasão de armas de Hirschfeld. Disponível em: Mapa de <https://www.kirchberg-hunsrueck.de/de/gemeinden/ortsgemeinden/hirschfeld/13-wappen.png?cid=1bd.9zg&resize=0fc266:113x113c> e https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/d/dc/Cratz_von_Scharfenstein-Wappen_Sbm_1605.jpg – Acesso em: 05 set. 2024.

Brasão heráldico dos condes Kratz von Schaffenstein. Disponível em: https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/d/dc/Cratz_von_Scharfenstein-Wappen_Sbm_1605.jpg – Acesso em: 05 set. 2024.

BRASIL. **Lei nº 16, de 12 de agosto de 1834**. Faz algumas alterações e adições á Constituição Política do Imperio, nos termos da Lei de 12 de Outubro de 1832. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim16.htm. – Acesso em: 05 ago. 2024.

BRENUVIDA, William Wollinger. **Correlação entre as Colônias Piedade e Santa Isabel**. Páginas da Colonização: Estudos/subsídios históricos sobre a Colônia Alemã Santa Isabel – 175 anos de Fundação, 2023. Disponível em: <http://tonijochem.com.br/artigos-paginas-da-colonizacao/>. Acesso em: 28 set. 2024.

BRUCH, Jonas. **A regulamentação e ampliação da Colônia Santa Isabel na década de 1860**. Páginas da Colonização: Estudos/subsídios históricos sobre a Colônia Alemã Santa Isabel – 175 anos de Fundação, 2022. Disponível em: Disponível em: <http://tonijochem.com.br/artigos-paginas-da-colonizacao/>. – Acesso em: 06 ago. 2024.

Landeshauparchiv Koblenz. Disponível em: <https://apertus.rlp.de/> – Acesso em: 05 set. 2024.

LEY, Hiltrud. Disponível em: <https://www.otonhunsrueck.de/aebbes-an-de-fiess-honn/> – Acesso em: 15 set 2024.

MEIER, Beat Richard; BRUCH, Jonas; JOCHEM, Toni. **Um grande achado: a documentação de bordo do brigade francês Virginie (1846)**. Páginas da Colonização: Estudos/subsídios históricos sobre a Colônia Alemã Santa Isabel – 175 anos de Fundação, 2024. Disponível em: <http://tonijochem.com.br/artigos-paginas-da-colonizacao/>. – Acesso em: 05 set. 2024.

OLIVEIRA, Paulo Roberto Martins de. **ANTECEDENTES E A CRIAÇÃO DA IMPERIAL COLÔNIA ALEMÃ**. Instituto Histórico de Petrópolis, 1996. Disponível em: <<https://ihp.org.br/?p=1156>>. – Acesso em: 15 set. 2023.

REITZ, Eduardo. **Luxemburgueses na Colônia Santa Isabel, uma história em construção**. Páginas da Colonização: Estudos/subsídios históricos sobre a Colônia Alemã Santa Isabel – 175 anos de Fundação, 2023. Disponível em: <http://tonijochem.com.br/artigos-paginas-da-colonizacao/>. – Acesso em: 05 set. 2024.

SEIBEL, Anton. **Nicht Napoleon, sondern die „emanzierte Römerin" hat Schuld! Die Ursachen der landwirtschaftlichen und weinbaulichen Realteilung**. Disponível em: <https://kreis-ahrweiler.de/kvar/VT/hjb1980/hjb1980.39.htm> . – Acesso em: 15 set 2024.

SCHMITZ, Mathias. **Diário do Imigrante Mathias Schmitz**. Disponível em: http://www.tonijochem.com.br/vida_alemao_brasil.htm. – Acesso em: 05 ago. 2024.

Como citar este artigo

REITZ, Eduardo. **“Deu a louca no João”**: breve passagem da família Reitz na Colônia Santa Isabel. Páginas da Colonização: Estudos/subsídios históricos sobre a Colônia Alemã Santa Isabel – 175 anos de Fundação, 2024. Disponível em: <http://tonijochem.com.br/artigos-paginas-da-colonizacao/>.